



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MIGRAÇÕES INTERNAS: O DEBATE SOBRE DESLOCAMENTO FORÇADO POR FATORES AMBIENTAIS NAS FAVELAS CARIOCAS

MARIANA VIEIRA SOUZA PEREIRA¹

RAFAEL SOARES GONÇALVES²

RESUMO

Almeja-se discutir o deslocamento forçado nas favelas cariocas, considerando o aumento recente de pessoas deslocadas por razões ambientais. A partir de uma revisão bibliográfica e de pesquisa documental na mídia impressa e de sites de notícias, o trabalho identifica a relação entre desastres e deslocamento forçado, assim como discute a importância de políticas públicas que dialoguem com experiências existentes em prol da garantia do direito à cidade.

Palavras chave: Favelas, mudanças climáticas, desastres, deslocamento interno

ABSTRACT

The aim is to discuss forced displacement in Rio's favelas, considering the recent increase in the number of people displaced for environmental reasons. Based on a bibliographical review and documentary research in the print media and on news websites, the paper identifies the relationship between disasters and forced displacement, as well as discussing the importance of public policies that dialog with existing experiences in order to guarantee the right to the city.

Keywords: Slums, climate change, disasters, internal displacement

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Introdução

A migração é um fenômeno antigo e complexo, podendo ser conceituada como “movimento de pessoas de forma permanente ou não, dentro ou ultrapassando as fronteiras”³. Boechat (2020) destaca, com base nas informações disponibilizadas pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), que dentre as principais causas motivadoras deste fenômeno nos dias atuais estão o aquecimento global e as catástrofes naturais.

Confirmando este entendimento, o Instituto Socioambiental⁴ afirmou em matéria publicada em seu site que “a mudança climática é um dos maiores responsáveis pelos atuais fluxos migratórios” na contemporaneidade. Assim, empregamos o termo de migrante climático/ambiental para designar pessoas, que têm se deslocado em decorrência de eventos climáticos extremos – como inundações e deslizamentos de terra ocasionados pelas chuvas por exemplo – mas também por fatores atenuantes destes desastres naturais.

Todavia, deve ser ressaltado que este fluxo não ocorre apenas em escala global, mas também no âmbito interno de um determinado país, região ou mesmo cidade. Deste modo, a mobilidade humana pode ser estudada sob dois prismas: do deslocamento interno ou externo. O primeiro corresponde ao movimento de pessoas dentro das fronteiras locais, sejam nacionais, estaduais ou municipais, enquanto o segundo corresponde ao status de imigrante ou dos refugiados, que foram deslocados além das fronteiras nacionais “devido a fundados temores de perseguição, fator central para o reconhecimento da condição de refúgio”⁵.

Segundo Bitencourt (2023), existe uma nítida relação entre as terminologias deslocamento interno e deslocamento interno e forçado, destacando que muito embora organismos internacionais utilizem com mais frequência *tout court* a terminologia deslocamento interno, esta faz referência mais especificamente ao modo “como as pessoas são forçadas a abandonar suas casas, mas, diferentemente dos refugiados, não cruzam uma fronteira internacional” (Bitencourt, 2023, p. 21). De acordo com os dados divulgados pela ACNUR – agência da ONU para refugiados

3

<https://migramundo.com/o-deslocamento-e-reassentamento-induzidos-pelo-desenvolvimento-como-uma-nova-faceta-do-refugio-por-razoes-ambientais/> (acessado em junho de 2024)

4

<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/cresce-o-numero-de-refugiados-no-mundo-em-funcao-do-clima> (acessado em junho de 2024)

5

<https://migramundo.com/o-deslocamento-e-reassentamento-induzidos-pelo-desenvolvimento-como-uma-nova-faceta-do-refugio-por-razoes-ambientais/> (acessado em junho de 2024)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- “os desastres ambientais já provocam três vezes mais deslocados forçados do que guerras e violência”⁶.

Isabela Capato, em matéria publicada pelo website MigraMundo⁷ (2024), enfatiza que:

Ao analisar a história do mundo, é possível concluir que as migrações por diversas razões sempre existiram, contudo, é notório que nos últimos anos o índice de deslocamentos forçados aumentou significativamente e, dentre os principais motivos, estão os desastres ambientais, sejam eles causados pelo homem ou pela própria natureza. (<https://migramundo.com/o-aumento-dos-deslocamentos-internos-no-brasil-por-razoes-ambientais/>)

Destarte, a partir do impacto histórico das recorrentes chuvas na cidade do Rio de Janeiro e do aumento da possibilidade de eventos extremos diante das mudanças climáticas, o presente artigo almeja discutir o deslocamento interno e forçado por fatores ambientais nas favelas cariocas, considerando que a quantidade de pessoas que estão se locomovendo por razões ambientais vem aumentando a cada ano. Assim, a hipótese preliminar do trabalho em questão está pautada na afirmação prévia de que as populações mais vulneráveis, como as residentes em favelas, são as mais afetadas pelas mudanças climáticas. À vista disto, a relevância da temática está embasada na constatação do cenário preocupante que estamos vivendo e seus possíveis impactos no deslocamento interno e forçado de moradores de favelas.

A partir de uma revisão bibliográfica e de acompanhamento de reportagens da mídia impressa e de sites de notícias, analisaremos, inicialmente, a relação existente entre mobilidade e deslocamento forçado nas favelas cariocas. Abordaremos, em seguida, como as chuvas afetam historicamente à cidade do Rio de Janeiro e vem legitimando a remoção de favelas e, para concluir, refletiremos como os moradores desses espaços vêm se mobilizando para fazer frente ao problema.

A infraestrutura precária e seus impactos na mobilidade e no deslocamento forçado nas favelas

Acerca do debate sobre locomoção interna e migração forçada por fatores climáticos, destaca-se que no cenário brasileiro é possível verificar que “questões sociais e ambientais são

⁶

<https://brasil.un.org/pt-br/157286-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-impulsionam-migra%C3%A7%C3%B5es-e-deslocamentos-for%C3%A7ados>. (acessado em junho de 2024)

⁷ Projeto jornalístico em formato de blog voltado para a temática migratória. (Link: <https://migramundo.com/>)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

inseparáveis e desempenham grande influência uma sobre a outra”⁸. O fenômeno, contudo, se torna mais complexo quando observamos as características da maioria das populações que são obrigadas a abandonarem suas casas e migrarem por razões ambientais. Os grupos mais afetados por mudanças climáticas e desastres ambientais são aqueles que já se encontram em situação precária em termos de rendimento econômico, acesso à infraestrutura e condições de habitação.⁹

Diante deste contexto, optamos por investigar o deslocamento interno e forçado nas favelas cariocas em face da vulnerabilidade social e ambiental destes territórios, que foram constituídos por meio de um processo urbanístico excludente, denominado por Santos (2021) como urbanização desigual. Este processo gera conflitualidades urbanas à medida que se observa a constituição de um dualismo espacial com zonas desenvolvidas e outras marginalizadas.

Isto porque, muito embora as favelas integrem a cidade, e tenham se constituído como alternativa de moradia para uma parcela significativa da população, estes espaços foram formados sem planejamento e infraestrutura adequada, sendo a construção das casas responsabilidade dos moradores, o que denominamos de autoconstrução. Santos (2014), ao discorrer sobre a política de urbanização de favelas destaca que a partir da década de 80 foi adotado um princípio de “apenas intervir nos morros através da implantação de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos” (p.3) sendo mantida as “características de ocupação do solo e das unidades habitacionais” (p.3), o que não garante segurança diante da fragilidade ambiental observada muitas vezes nestes territórios:

essas ocupações são compostas de alta densidade construtiva e muitas vezes estão localizadas em áreas de risco, com ausência ou precariedade de vias, vielas estreitas e dificuldade na acessibilidade das regiões mais íngremes. (Santos, 2014, p. 5)

Como analisaremos a seguir, os moradores de favelas muitas vezes se veem obrigados a se deslocar seja por impactos ambientais seja por políticas voltadas para a erradicação das favelas. Nesse contexto, podemos pensar essas formas de mobilidade como um fenômeno social complexo nos termos empregados por Sheller e Ury (2016). A partir da referência da mobilidade é possível redefinir a maneira como nos deslocamos e interagimos na sociedade, reconhecendo as assimetrias e os conflitos que atravessam suas práticas. No caso das favelas, além de seus

⁸ <https://migramundo.com/o-aumento-dos-deslocamentos-internos-no-brasil-por-razoes-ambientais/> (acessado em junho de 2024)

⁹ <https://migramundo.com/o-aumento-dos-deslocamentos-internos-no-brasil-por-razoes-ambientais/> (acessado em junho de 2024)

moradores terem sua mobilidade reduzida em virtude das fricções urbanas a partir do acesso desigual a recursos e as lutas por territórios, muitas vezes são submetidos a deslocamentos forçados. Logo, é possível verificar uma relação estreita entre desigualdade socioespacial e mobilidade/deslocamento forçado.

Vale lembrar que a segregação espacial no Brasil é fruto de um planejamento elitista, que negligenciou grande parte da população. No caso das cidades brasileiras, e, em especial do Rio de Janeiro, essa desigualdade se explica também por questões raciais. Assim, por um lado, as favelas absorvem grande parte da população negra da cidade e mantêm maior precariedade ambiental do que os bairros no seu entorno. Por outro lado, a maior parte das políticas de remoções de favelas reassentou seus moradores em locais distantes e também com forte precariedade em termos de acesso aos recursos da cidade.

A equação entre crescimento populacional e ausência de espaço para alojar a crescente população urbana não é mais algo tão linear assim, já que formas especulativas de ocupação do espaço vêm ditando as formas de planejamento urbano e de ocupação territorial. Assim, observa-se o paradoxo de cidades com déficit habitacional mesmo tendo moradias e construções subaproveitadas.

Deste modo, as transformações que o espaço urbano sofreu em decorrência do avanço do capitalismo produziu uma crise urbana, à medida que a terra se tornou cada vez mais rara ao se transformar em uma mercadoria, gerando, assim, um enorme déficit habitacional (Maricato, 2015). Diante da dificuldade de acesso à moradia seja pela precariedade de políticas habitacionais efetivas seja pelo custo inacessível da moradia via mercado, grande parte da população se concentrou em áreas menos custosas e, ao menos inicialmente, com pouco apelo ao mercado imobiliário, como favelas, bairros periféricos e áreas apresentando muitas vezes precariedades ambientais

Ora, muitas favelas estão localizadas em áreas de morros e encostas, áreas de fundos de baía ou em margens de rios. Tais áreas são mais suscetíveis a desastres, como deslizamentos de terras e inundações. Isso se torna ainda mais complexo diante da histórica precariedade das intervenções dos poderes públicos nesses espaços e da recorrência de eventos climáticos extremos.

Nesse sentido, como analisaremos na próxima seção, razões ambientais são utilizadas muitas vezes para justificar o deslocamento de modo forçado desta população para outras regiões



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da cidade. Boechat (2020) afirma que a migração forçada configura uma situação que não decorre exclusivamente da vontade do migrante, acrescido de algo que o impele a deixar seu lar, sendo este fator normalmente relacionados a questões de sobrevivência (Boechat, 2020, p. 26). Este deslocamento realizado por fatores alheios à sua vontade, mas por questão de sobrevivência, intensifica as condições de insegurança e ocasiona impactos negativos na vida dos moradores de favela em diversas áreas, como a social por causar rupturas em suas redes de relacionamento ou psicológica em consequência da perda de moradia e do processo de remoção, que provoca traumas, ficando este grupo muitas vezes sem acesso à direitos e a proteção social.

Boechat (2020) destaca, ainda, que “o dever de proteção primária para evitar uma situação de migração forçada recai sobre o Estado” (p. 20). No entanto, o que observamos ao estudar o fenômeno do deslocamento forçado nas favelas cariocas por questões ambientais é a proteção ainda precária por parte do Estado, tanto no esforço de planejar para evitar os riscos, de intervir para mitigá-los em áreas já consolidadas ou em responder aos impactos sofridos pela população em contexto de desastres. E, o pior, como veremos, muitas vezes o próprio Estado utiliza do discurso ambiental para justificar remoções de favelas.

Chuvvas e a legitimação do deslocamento: uma análise crítica das remoções em favelas

Inicialmente é importante uma breve apresentação acerca do entendimento de risco e suas implicações, bem como do processo de urbanização pela qual passou a cidade do Rio de Janeiro para em seguida adentramos na discussão acerca dos impactos das chuvas na cidade, e como este fenômeno climático vem sendo utilizado para legitimar os deslocamentos internos e forçados em favelas.

Segundo Gould (2004), os riscos e seus impactos refletem a estrutura da sociedade em que vivemos, já que existe uma distribuição desigual dos riscos, que reflete e favorece a segregação socioespacial (p.70). Por sua vez, Henri Acserald (2002) confirma essa mesma posição, afirmando, a partir da perspectiva da justiça ambiental, que a compreensão dos riscos deve necessariamente levar em consideração que nossa sociedade é estruturada em classes.

Portanto, o risco não é um dado preestabelecido, mas sim uma construção político-social. A mídia, por exemplo, exerce um papel central na construção da noção de risco. O conflito entorno dessa noção traz contornos moralizadores, estigmatizando grupos e seus comportamentos e estabelecendo uma (re)significação para os processos de ocupação urbana.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Como sustenta Adauto Cardoso (2006), o debate em torno do conceito de “risco” pode ser definido como uma “luta pelas classificações”. Nesse sentido, Dora Vargas (2006) defende que “a construção social do risco visa a tratar o risco não somente de um ponto de vista técnico e objetivo, mas antes como o objeto de uma construção social realizada por diferentes grupos sociais” (p.12).

Por fim, a definição ou a quantificação do "risco", conforme analisam Lieber e Lieber (2002), não pode ser entendida como um processo “neutro” ou “isento”, pois depende de pressupostos para dar sentido, ou seja, o uso da noção de "risco" não pode ser desvinculado dos propósitos em vista. A realidade seria, então, o fruto de um processo de construção social em que as representações sociais não apenas refletem a realidade, mas também contribuem para produzi-la. Deste modo, como veremos abaixo, a mídia exerceu um papel importante na definição dos contornos da noção de risco no Rio de Janeiro, assim como sustentou o retorno das remoções de favelas, inclusive em áreas onde o risco era mitigável.

Dito isto, é válido lembrar que a intensa urbanização da cidade do Rio de Janeiro, a partir do modelo modernista de extinção dos fluxos hídricos lentos, levou à retificação e canalização de rios, ao aterro de manguezais e à drástica impermeabilização do solo. Esse processo, aliado à ocupação intensa dos morros, intensificou os fenômenos de enchentes e deslizamentos (Gonçalves, 2015). As favelas rapidamente se tornaram o grande problema público em contexto de desastres na metrópole. Assim, relatos de grandes chuvas, como aquelas de 1966/67, 1988 ou a de 1996, trazem sempre os impactos nas favelas e a necessidade de debelar esse “mal” da cidade (Gonçalves, 2015).

É bem verdade que as favelas sempre foram associadas ao risco que podiam causar à cidade: desde o risco epidêmico, ambiental, social, político ou relacionado, mais recentemente, à segurança pública. Essas distintas noções do risco justificaram as variadas intervenções públicas nesses espaços, tanto para urbanizá-las quanto para contê-las, regularizá-las, “pacificá-las” ou erradicá-las (Gonçalves, 2018). O período da realização dos grandes eventos na cidade trouxe novamente à tona a realidade das remoções de favelas com o uso indiscriminado da noção de risco ambiental para justificar a expulsão dos moradores.

A retomada do debate sobre as remoções sempre retorna quando grandes chuvas se abatem sobre a cidade, como foi o caso da tempestade que devastou o Rio de Janeiro na noite do dia 5 de abril de 2010. Os moradores das favelas tornaram-se, uma vez mais, os grandes



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

culpados pelo o que acontecia e se tornavam os vilões da pretensa degradação ambiental da cidade. Ainda sob o choque da comoção após as chuvas, o então prefeito Eduardo Paes anunciou que, num primeiro momento, iria remover oito favelas.¹⁰ Ao mesmo tempo, o então governador do estado, Sérgio Cabral, lançou o programa “Morar Seguro” para avançar com as remoções. Como descreve Mattos, houve claramente, nos dois casos, a instrumentalização da noção de risco ambiental (Mattos, 2013, p.179).

Gonçalves (2018) analisou que a opinião pública, no contexto das chuvas de 2010, se voltou, uma vez mais, contra as favelas e seus habitantes, fazendo destes os grandes responsáveis pela amplitude do drama. Evocando o desastre, os jornais aproveitaram para apoiar o retorno da política de remoção massiva das favelas. O jornal O Globo, de 9 de abril de 2010, anunciava que:

[...] a tragédia de 2010 tem de ser o marco zero de uma política séria de remoções de moradores de áreas de risco e de pequenas favelas, ainda em condições de ser erradicadas. Não há mais por que manter o preconceito contra remoções, quando é possível fazê-las sem os erros do passado (...). A ficar como está, a próxima catástrofe será maior que a atual, por sua vez mais extensa que as da década de 60, e assim sucessivamente. O drama se agravará ao ritmo da favelização. É inexorável.

O editorial do Globo, de 2 de maio de 2010, intitulado, *Desfavelização sem preconceitos*, sublinhou que os recursos do governo do Estado seriam distribuídos somente para as prefeituras dispostas “a vencer o preconceito contra remoções, e desejem implementar programas de proteção de famílias, cujas casas estejam sob ameaça.” O mesmo editorial afirma que a remoção é a solução: “Planejar a desfavelização é condição essencial para evitar que novas tragédias enlutem famílias.” Nessa mesma linha de pensamento, o economista Sergio Beserman, em entrevista concedida ao jornalista Reinaldo de Azevedo à revista *Veja*, de 21 de abril de 2010, afirmou que:

No Rio de Janeiro, a remoção de favelas passou a ser um grande tabu, sustentado por um assistencialismo barato segundo o qual o estado deve prover tudo aos pobres dos morros – ainda que sua permanência ali possa pôr a própria vida em risco e acarretar prejuízos à cidade como um todo. (...) Sob essa ótica obtusa, remover favelas é visto como uma afronta aos direitos dos mais necessitados.

O debate na mídia era obviamente raso e enviesado. Além de trazer a perspectiva do desastre como uma fatalidade, culpabilizava aqueles que foram normalmente suas maiores vítimas. É preciso compreender o desastre além de suas perspectivas física e natural,

¹⁰ Parque Colúmbia (Pavuna), Morro do Urubu (Pilares), Prazeres e Fogueteiro (Santa Teresa), São João Batista (Botafogo), Laboriaux (São Conrado) e Cantinho do Céu e Pantanal (Rio Comprido). Ver: Mattos, 2013, p.179.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

encarando-o como mais uma das expressões da questão social. Suas consequências negativas, assim como os aspectos materiais do risco, são distribuídas de maneira desigual, recaindo frequentemente sobre os mais pobres (Quarantelli, 2005, p.341). O desastre deve ser, assim, compreendido como um processo e não somente como um epifenômeno, ou seja, as consequências de um desastre não se explicam somente pela força dos fenômenos que o desencadearam, mas sobretudo pelas desigualdades existentes, que impedem a previsão e mitigação dos riscos para todos. É preciso democratizar as respostas sociais aos desastres, ou seja, reforçar, de forma mais ampla, a luta por sociedades ambientalmente mais justas (Alexander, 2005, p.35).

Os desastres ligados às chuvas mostram a vulnerabilidade estrutural das áreas mais pobres da cidade. As reportagens supramencionadas não levantavam a queda de investimentos nos últimos anos nas obras de contenção de encostas e, sobretudo, em projetos mais amplos de urbanização de favelas. No contexto de preparação da cidade para os grandes eventos, a remoção de favelas voltou à pauta e em grande medida tendo o risco como justificativa principal. Os reassentamentos, em diversos casos, foram realizados em conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida localizados em locais distantes, sobretudo em áreas da Zona Oeste da cidade, que além de possuírem baixa cobertura de infraestrutura e serem distantes dos principais locais de oferta de trabalho, lazer, estudo e saúde (Castro e Novaes, 2015, p.97), já eram muitas vezes controlados por grupos armados antes mesmo da ocupação das moradias pelos novos moradores.

Tais remoções foram realizadas sem informações claras aos moradores, com uso da violência e sem participação direta dos interessados, apesar da previsão do artigo 429 da lei Orgânica do Município da exigência de participação popular durante todo o processo. Da mesma forma, como analisam Castro e Novaes (2015, p.97), as intervenções tampouco respeitaram a exigência de reassentar à proximidade da antiga residência, o que ocorreu somente em alguns casos em que houve resistência dos moradores, como foi o caso da Vila Autódromo. No entanto, em alguns casos, como os primeiros moradores removidos da Favela do Metrô, o reassentamento se deu a mais de 50 km da comunidade. Somente aqueles que conseguiram resistir, vivendo em meio aos escombros, foram posteriormente reassentados a menos de 1 km de distância (Castro e Novaes, 2015, p.98).

Segundo dados do Comitê de acompanhamento da Copa e das Olimpíadas (2015), foram removidas na cidade do Rio de Janeiro entre 2008 e 2015, em torno de 22.059 famílias, sejam por questões de pretensão de risco do local de moradia ou por exigências das obras de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos, produzindo um enorme deslocamento interno e forçado.

Considerações finais: novas configurações do debate ambiental nas favelas

Antes de descrever as novas configurações do debate ambiental de favelas, é preciso ressaltar que a flexibilização das normas urbanísticas normalmente apresenta um caráter elitista, culpabilizando os pobres e se silenciando diante de iniciativas envolvendo, por exemplo, o interesse do mercado imobiliário (Gonçalves e França, 2010). É o caso do que aconteceu durante a realização de obras pela prefeitura para os Jogos Olímpicos, que desmatou áreas que deveriam ser protegidas por leis ambientais, como foi o caso da construção do Campo de Golfe ou do corredor viário Transolímpica (Vale e Gonçalves, 2019, p.447). Observa-se, assim, que o discurso ambiental pode ser apropriado de forma distinta pelos poderes públicos e a sociedade em geral.

Nesse sentido, compreendemos que é necessário aprofundar o debate em torno do risco em favelas. Um dos resultados do uso do debate ambiental para legitimar o retorno de remoções foi a perda de confiança da população nas intervenções públicas nestes espaços. O projeto de urbanização Morar Carioca do Morro da Providência previa um número enorme de remoções, ou seja, erradicava-se grande parte da favela mesmo que o projeto inicialmente fora concebido para urbanizá-la (Gonçalves, 2013). É preciso recuperar projetos públicos de intervenção em favelas, que venham melhorar as condições de vida dos moradores, mitigando os riscos. Tais projetos precisam dialogar com os moradores. Como sustenta Marcelo Porto (2012), é necessário implantar metodologias participativas em relação à gestão dos riscos, de forma a reverter os quadros de vulnerabilidade e injustiça ambiental e sem a instrumentalização do conceito para reforçar formas de segregação espacial.

Apesar da mobilização do debate ambiental contra as favelas, é preciso ressaltar que o risco existe e parte do deslocamento interno de populações de favelas se dá também como consequência do próprio desastre. Nas mencionadas chuvas de 2010, muitas favelas foram atingidas na cidade do Rio de Janeiro, mas o caso mais representativo aconteceu no outro lado da Baía de Guanabara, em Niterói. O episódio do Morro Bumba é emblemático, já que era uma



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

favela pretensamente urbanizada, mas localizada em um antigo lixão, com chão instável para escorregamentos. As chuvas varreram a favela e além da morte de familiares e de suas casas, muitos moradores do Bumba ficaram meses precariamente assentados em um batalhão de Niterói. Há casos em que realmente é necessário o reassentamento da população, sobretudo diante da recorrência de eventos climáticos extremos. Isso demanda planejamento, investimentos públicos, formas de participação popular durante as intervenções e um esforço na produção de moradia para as situações onde o risco não é mitigável.

Alguns projetos merecem destaque, como, por exemplo, o projeto de reflorestamento comunitário. Criado em novembro de 1986, no contexto do projeto de mutirão remunerado de urbanização de favelas, o reflorestamento comunitário ainda está em funcionamento. Foi introduzido inicialmente com a finalidade de garantir mais segurança para as favelas, restaurando áreas florestais degradadas para evitar deslizamentos. O aspecto inovador desse projeto foi o envolvimento direto dos moradores nas atividades de reflorestamento, que se tornam aliados também na preservação da biodiversidade. Os morros do Rio de Janeiro são mais verdes nos dias atuais do que eram nos anos 1980, o que nos faz questionar as representações, que teimam em associar as favelas e seus moradores como os grandes vilões ambientais da cidade.

Por fim, deve ser mencionado que o discurso ambiental vem sendo amplamente apropriado pelos moradores de favelas, que vêm implementando projetos em diálogo com as novas exigências impostas pelas mudanças climáticas. Assim, inúmeros projetos espalham de hortas comunitárias a iniciativas agroflorestais,¹¹ biodigestores ou cooperativas de energia solar. Parte dessas ações pode ser encontrada na rede Favela Sustentável, que congrega várias iniciativas de sustentabilidade e resiliência nas favelas do Rio. Com mais de 195 mobilizadores comunitários de 127 favelas, a rede mobiliza e articula experiências na luta por “justiça climática através da realização do potencial das favelas como modelos de comunidades sustentáveis.”¹² O site da rede Favela Sustentável explica ainda que busca fomentar qualidades existentes nas favelas, compreendendo as “favelas como fontes de soluções, inclusive para a sustentabilidade humana.”¹³

Apesar do debate negativo em relação às favelas, há uma reflexão importante nesses espaços sobre o debate ambiental. Cabe aos poderes públicos vir ao encontro de tais iniciativas,

¹¹ https://wikifavelas.com.br/index.php/Verdejar_e_a_Serra_da_Miseric%C3%B3rdia (acessado em julho de 2024)

¹² <https://www.favelasustentavel.org/> (acessado em julho de 2024)

¹³ <https://www.favelasustentavel.org/> (acessado em julho de 2024)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

formulando respostas democráticas e eficientes aos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Logo, para a construção de um futuro mais justo e sustentável é imprescindível a promoção de diálogo participativo junto aos moradores de favela para a formulação e implementação de políticas públicas; investimento em infraestrutura e serviço público, além de apoiar as iniciativas socioambientais já existentes nas favelas, ampliando seu impacto e gerando benefícios concretos para evitar os deslocamentos internos e forçados e garantir o direito à cidade à esta população.

Referências

ACSERALD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 5, 2002.

ALEXANDER, David. **An interpretation of disaster in terms of changes in culture, society and international relations**. In: PERRY, Ronald W.; QUARANTELI, E., What is a disaster? New answers to old question. Washington: XLibris, 2005, p.25-38.

BITENCOURT, João Vitor Gomez. **Deslocamentos internos e forçados no Rio de Janeiro: (des)proteção social e conflitos armados** / João Vitor Gomez Bitencourt – Curitiba: CRV: 2023.

BOECHAT, Lorena Pereira de Oliveira. **O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a migração forçada: perspectiva de complementariedade nas situações de refúgio e deslocamento interno** / Lorena Pereira de Oliveira Boechat; Prefácio de César Augusto S. da Silva. – 1. Ed. – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

CARDOSO, Adauto Lucio. **Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, v. 20, n. 1, 2006, p.27-48.

CASTRO, Demian Garcia e NOVAES, Patrícia Ramos, **Copa do Mundo 2014 e os Impactos no Direito à Moradia: uma análise das cidades-sede brasileiras** in Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 /organização SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos,

GAFFNEY, Christopher e RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, Rio de Janeiro : E-papers, 2015, p.79-104.

GONÇALVES, Rafael Soares, **Porto Maravilha, Renovação Urbana e o uso da Noção de Risco: Uma Confluência Perversa no Morro da Providência**, Revista Libertas, v. 13 nº2, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares. **São as águas de março fechando o verão: chuvas e políticas urbanas nas favelas cariocas**. Revista Acervo, Rio Janeiro, v. 28, n.1, p.98-119, 2015.

GONÇALVES, R.S.; FRANÇA, B.A. **Entre o muro e a remoção: meio ambiente e favelas no Rio de Janeiro**. In GOMES, M.F.C.M.; BARBOSA, M.J.S.B. (orgs). Cidade e sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Desastres e favelas cariocas: a cobertura midiática das chuvas de 2010**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória: UFES, 2018.

GONÇALVES, Rafael Soares; VALE, Josiane do. **REMOÇÕES E MEGAEVENTOS NO RIO DE JANEIRO: a luta de resistência dos moradores da Vila Autódromo**. *Revista de Políticas Públicas*, v. 23, n. 1, 2019, p.441–455.

GOULD, Kenneth. **Classe Social, justiça ambiental e conflito político**. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PADUA, Jose Augusto (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 69-80.

LIEBER, Renato Rocha e LIEBER, Nicolina Silvana Romano, **“O conceito de Risco: Janus reinventado”**, in Minayo, M. e Miranda, A. Saúde e ambiente: Estreitando nós. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002. p.69-112.

QUARANTELLI, Enrico. **Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume**. In: QUARANTELLI, Enrico. What is a disaster? Perspective on the question. London and New York: Routledge, 1988, p.1-8.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MATTOS, Romulo Costa. **Remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma história do tempo presente**. Outubro, nº21, 2013, p.171-190.

SANTOS, Lídia Borgo Duarte. **Mobilidade urbana nas favelas do Rio de Janeiro: Intervenções e impactos sociais**. Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e práticas científicas, 2014. (ISBN 978-85-65957-03-8)

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos** / Milton Santos; tradução de Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva – 3. Ed. 3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SHELLER, M., & URRY, J. **The new mobilities paradigm**. *Environment and Planning A*, volume 38, p. 207-226, 2006.

VARGAS, Maria A. R. **Construção social da moradia de risco: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG**. Rio de Janeiro, 14, 2006. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/IPPUR_M/MariaAuxiliadoraRamosVargas.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2008